



2025

Ano Base 2024

CARTA ANUAL

DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Mensagem do Conselho de Administração

É com responsabilidade e otimismo que a Empresa de Pesquisa Energética apresenta a sua Carta Anual de Políticas Públicas relativa a 2025 – ano que sucede a celebração dos 20 anos da EPE e que, ao mesmo tempo, antecede desafios decisivos para o setor energético brasileiro e para o país no cenário climático internacional.

Em 2024, a EPE consolidou marcos que expandiram sua reputação técnica, reforçando a governança, a diversidade e a atuação internacional. Essa base robustece nossa prestação de serviços públicos essenciais ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à sociedade. Para 2025, partimos desse alicerce firmes em diferentes frentes estratégicas, como destacamos a seguir.

Fortalecimento institucional e gestão de pessoas

Com o pleno provimento do quadro funcional obtido no 9º Concurso, a EPE iniciou 2025 com um corpo técnico ampliado. O foco, agora, volta-se à retenção e ao desenvolvimento dos novos talentos, sobretudo nas áreas de Ciência de Dados e Desenvolvimento de Sistemas, elementos centrais para a modernização dos nossos estudos e para o funcionamento do novo Observatório de Políticas Públicas, a ser lançado neste exercício.

Alinhamento orçamentário e governança

A publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA) em abril de 2025 impôs à EPE operar os primeiros meses do ano sob um regime de dispêndio estrito frente a indefinição orçamentária. Para a continuidade do ano, a EPE manterá disciplina e transparência, assegurando que cada real investido contribua para diagnósticos energéticos mais precisos e estudos de planejamento mais acurados.

Planejamento da expansão energética com foco em flexibilidade

O crescimento da participação de fontes renováveis intermitentes e os efeitos das mudanças climáticas exigem estudos mais granulares sobre flexibilidade e resiliência da rede elétrica. Em 2025, a EPE dará sequência à integração dos modelos de geração e transmissão de energia elétrica, fazendo uso das ferramentas SDDP, OPTGEN, Netplan e PowerFactory. De forma adicional, a EPE continuará exercendo sua contribuição nos estudos dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica, além de realizar estudos específicos para o atendimento das grandes cargas de *data center* e hidrogênio.

Infraestrutura de gás natural, petróleo e biocombustíveis

A EPE dará prosseguimento ao Plano Indicativo de Gasodutos (PIG), complementar o Plano Indicativo de Processamento e Escoamento (PIPE) e dará início a seu novo "grande plano" de referência, o Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano, que surge como consequência do decreto do Gás para Empregar, atribuindo à EPE o papel de decisão em relação à expansão da infraestrutura de gás natural. Esses trabalhos subsidiam uma logística mais eficiente, reduzindo custos e aumentando a segurança de abastecimento.

Justiça socioambiental, combate à pobreza energética e engajamento social

Reconhecendo o dever de democratizar o acesso à energia limpa, a EPE ampliará programas como o ABCDEnergia, realizará workshops abertos e produzirá materiais didáticos para melhor informar a sociedade. O Comitê Interno de Gênero, Raça e Diversidade seguirá impulsionando políticas afirmativas e aprimorando o ambiente de trabalho.

Além dessas prioridades, 2025 será marcado pelo suporte técnico ao Brasil que sediará a COP 30. A EPE contribuirá com estudos que conciliam metas climáticas ambiciosas e a realidade socioeconômica nacional, fortalecendo parcerias internacionais e consolidando o protagonismo do país no debate energético global, através da transição energética justa e inclusiva.

Nesse ano de 2025, a EPE segue reafirmando seu compromisso com a excelência, a ética e a inovação. A Empresa seguirá orientada pelos valores que a trouxeram até aqui – comprometimento, diálogo e respeito. Em conjunto com o Ministério de Minas e Energia e instituições parceiras, buscamos cada vez mais multiplicar nosso impacto na sociedade.

A EPE agradece o apoio contínuo e a confiança depositada, e convida o leitor a fazer parte de mais uma etapa dessa jornada.

Fernando Colli Munhoz
Presidente do Conselho de Administração
Maio de 2025

Identificação Geral

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e com o art. 13, incisos I, III e VIII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) referente ao exercício social de 2024.

CNPJ	06.977.747/0001-80 NIRE 53 5 0000503-0
Sede	Brasília/DF Escritório central: Rio de Janeiro/RJ
Tipo de estatal	Empresa Pública
Acionista controlador	União
Tipo societário	Sociedade Anônima
Tipo de capital	Fechado
Abrangência de atuação	Nacional
Setor de atuação	Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento.
Diretor de Gestão Corporativa	Carlos Eduardo Cabral Carvalho e-mail: carlos.cabral@epe.gov.br
Auditor Independente no ano base	Berkan Auditores Independentes S/S e-mail: berkan@berkan.com.br Telefone: (47) 3035-2668
Conselheiros de Administração subscritores desta Carta Anual	Fernando Colli Munhoz (CPF: ***.585.101-**) Dany Andrey Secco (CPF: ***.255.429-**) Denilvo Moraes (CPF: ***.703.618-**) Elisa de Oliveira Alves (CPF: ***.534.846-**) Fabio de Almeida Rocha (CPF: ***.097.277-**) Thiago Guilherme Ferreira Prado (CPF: ***.938.841-**) Thiago Guilherme Ferreira Prado (CPF: ***.938.841-**) Cargo: Presidente
Administradores subscritores desta Carta Anual	Carlos Eduardo Cabral Carvalho (CPF: ***.598.972-**) Cargo: Diretor de Gestão Corporativa Heloisa Borges Bastos Esteves (CPF: ***.693.437-**) Cargo: Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis Thiago Ivanoski Teixeira (CPF: ***.312.675-**) Cargo: Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais Reinaldo da Cruz Garcia (CPF: ***.944.628-**) Cargo: Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Sumário

POLÍTICAS PÚBLICAS6

1. Apresentação da empresa.....7

2. Contribuições para as políticas públicas..... 10

2.1. Entregas de valor público 10

2.2. Declaração de recursos..... 14

2.3. Aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e iniciativas em Ambiental, Social e Governança (ASG) 15

GOVERNANÇA CORPORATIVA..... 27

3. Governança corporativa 28

3.1. Informações societárias e governança corporativa..... 28

3.2. Dados econômico-financeiros, comentários dos administradores e fatores de risco..... 31

3.2.1. *Dados Econômico-Financeiros* 31

3.2.2. Comentários dos Administradores 32

3.2.3. *Fatores de risco* 33

3.3. Composição e remuneração da administração 35

3.4. Inovações em governança corporativa 37



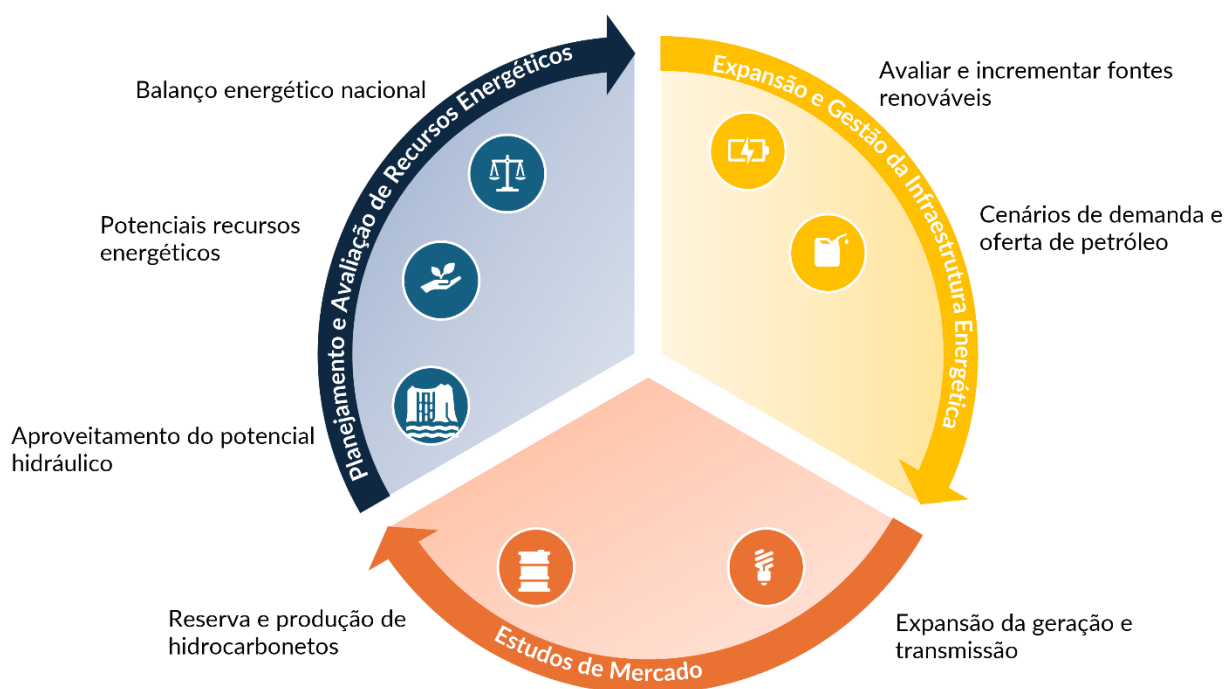
POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Apresentação da empresa

A Empresa de Pesquisa Energética é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), constituída como sociedade anônima de capital fechado, cujas ações são detidas exclusivamente pela União, sendo regida especialmente pelas Leis nº 6.404/76, nº 10.847/2004 e nº 13.303/2016, pelos Decretos nº 5.184/2004 e nº 8.945/2016, bem como por seu Estatuto Social.

Com sede em Brasília e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, local onde concentra suas atividades, a EPE desenvolve estudos, pesquisas e bases de informações que subsidiam a formulação, a implementação e a avaliação da política energética nacional. Atualmente, a EPE é considerada uma empresa estatal dependente, pois recebe recursos financeiros da União para pagamento de despesas com pessoal, custeio e de capital e contabiliza 426 empregados no seu quadro efetivo.

A Lei nº 10.847/2004, que autorizou a criação da EPE, estabelece as atribuições da Empresa no cenário nacional do setor energético, que podem ser agrupadas em três principais pontos:



A empresa também atua diretamente nos diversos grupos e comitês com diferentes focos que levam à promoção de políticas públicas para o setor energético:

1. Desenvolvimento de Fontes Renováveis e Biocombustíveis:

- Comitê Técnico Permanente Combustível do Futuro
 - Grupo de Trabalho para avaliação dos impactos da importação de biodiesel e do Selo Biocombustível Social para o cumprimento do percentual obrigatório de mistura ao diesel B comercializado em todo território nacional, suspendendo a importação de biodiesel.
2. Planejamento e Gestão de Recursos Energéticos:
- Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio (Coges-PNH2).
 - Grupo de Trabalho sobre o novo valor para o preço da energia a ser gerada pela Usina Nuclear Angra 3.
3. Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural:
- Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar

O atual modelo de negócios da EPE contempla o MME como cliente. Apesar disso, diversos agentes públicos e privados, assim como a sociedade em geral, são usuários ou se beneficiam de forma direta ou indireta dos produtos e serviços que entregamos.

Com sua criação, a EPE assumiu a responsabilidade de realizar estudos detalhados sobre oferta e demanda de energia, avaliar impactos socioambientais e projetar cenários de evolução da matriz energética. Sua atuação consolidou-se como um pilar fundamental para a governança do setor energético nacional, fornecendo subsídios técnicos para políticas públicas e assegurando que as decisões fossem baseadas em informações robustas e imparciais.

Passados 20 anos desde sua fundação, a EPE continua desempenhando um papel essencial na estruturação do setor energético brasileiro, contribuindo para a segurança do suprimento energético, o desenvolvimento sustentável e a transição para uma matriz energética mais limpa e eficiente.

A empresa possui relações institucionais com as agências reguladoras, notadamente a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional de Águas (ANA), além de manter relacionamento com o Operador Nacional Sistema Elétrico (ONS) e com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), seja decorrente de imposições legais, seja por acordos operacionais.

A integração com os citados agentes permite: (i) o intercâmbio de informação e de dados; e (ii) a elaboração de estudos conjuntos, preservadas suas distintas atribuições e competências legais e regulamentares.

A EPE publica documentos relevantes para a tomada de decisão do setor, como é o caso do Balanço Energético Nacional, das Revisões Quadrimestrais das projeções do consumo e da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN), que visam subsidiar o Planejamento Anual da Operação Energética do ONS, do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e do Plano Nacional de Energia (PNE), que estruturam as análises realizadas pela empresa e que contam com a coordenação do MME.

O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) é elaborado anualmente e oferece previsões, cenários, riscos e opções de investimento para a próxima década, de maneira integrada e indicativa. Ele direciona

as atividades do Ministério de Minas e Energia (MME), do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), servindo como fundamento para a execução de leilões destinados à contratação de novos projetos de geração e transmissão de energia. A aprovação da versão mais recente, o PDE 2034, ocorreu por meio da Portaria MME nº 831, de 8 de abril de 2025.

O PDE é elaborado a partir de uma sequência interconectada de modelos especializados, a qual oferece uma perspectiva abrangente do setor energético. Os modelos fundamentam-se em cenários macroeconômicos e setoriais interconectados, que sustentam análises de demanda, abarcando eficiência energética e incluindo a variável da preservação ambiental em suas modelagens.

Apesar de apresentar uma natureza indicativa, o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) desempenha também uma função tática, ao refletir decisões de investimento previamente adotadas e ao supervisionar políticas públicas em execução, configurando-se como um instrumento significativo para a observação do equilíbrio estrutural entre oferta e demanda no período de dez anos.

Por sua vez, o Plano Nacional de Energia (PNE), cuja atualização está programada para ocorrer a cada cinco anos, possui uma abordagem mais estratégica e de longo prazo, abarcando períodos de 30 anos ou mais. O texto abrange contextos de transição energética, descarbonização da matriz energética, mudanças tecnológicas, alterações nos padrões de consumo e produção de energia, além de aspectos geopolíticos e ambientais.

Além disso, a EPE divulga notas técnicas, boletins, *fact sheets* e análises de conjuntura, entre outros estudos técnicos voltados à interpretação de eventos recentes e tendências de curto e médio prazo que afetam o setor energético brasileiro. Eles têm o objetivo de apoiar decisões estratégicas do governo e de agentes do setor, fornecendo diagnósticos fundamentados em dados atualizados sobre o cenário nacional e internacional.

Dessa forma, a EPE exerce a função atribuída pela Constituição ao Estado como formulador de planos para o setor energético nos termos do art. 174 da Constituição da República. A realização de atividades de planejamento para o setor energético consubstancia evidente atividade de relevante interesse coletivo, de modo a justificar a sua criação e manutenção, em atendimento ao mandamento constante do caput do art. 173 da Constituição da República.

As finalidades institucionais da EPE envolvem um conjunto de atividades intensivas com elevado grau de especialização técnica e conhecimento, requerendo domínio de tecnologias de ponta e a atualização contínua de processos e métodos.

Adicionalmente, os efeitos esperados dos estudos da EPE são de natureza prospectiva, com impactos que se projetam no médio e longo prazo, exigindo visão estratégica e capacidade de adaptação às transformações do ambiente externo.

Tal contexto aponta para a continuidade do desempenho das atividades da EPE com vistas a garantir a satisfação da necessidade de produzir estudos para o correto desempenho da política energética nacional.

2. Contribuições para as políticas públicas

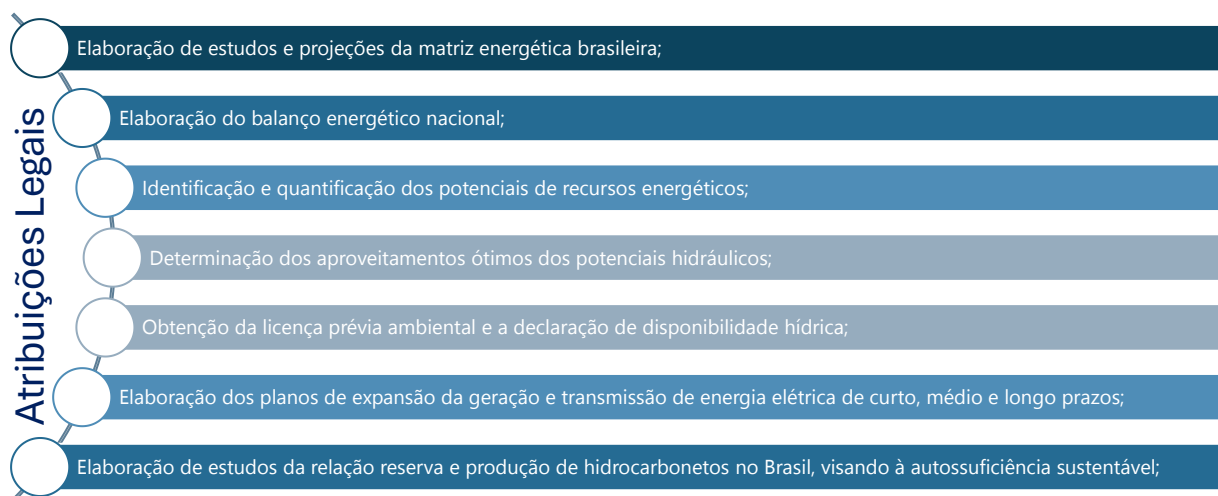
2.1. Entregas de valor público

Desde a sua criação, há 20 anos, temos participado ativamente das grandes discussões que dizem respeito ao setor energético brasileiro. Além das diretrizes fixadas pelo MME, nossa atuação é orientada por diversas leis e normativos, garantindo a conformidade de nossas atividades com o interesse público que justificou a criação da empresa.

Informação e inteligência pública que gera valor



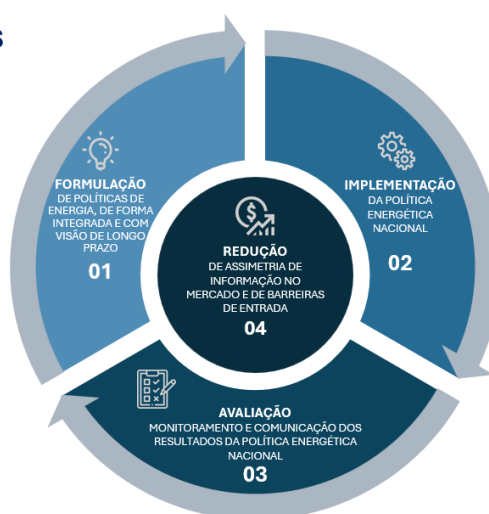
A lei de criação da EPE estabelece expressamente que os estudos e pesquisas desenvolvidos pela empresa subsidiam a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da Política Energética Nacional, instituída pela Lei nº 9.478/1997. Algumas das nossas atribuições legais incluem:



Além de fóruns, órgãos e instituições do setor, nossa atuação inclui assento no CNPE e CMSE.¹ Isso permite que contribuamos diretamente para a formulação e implementação de políticas energéticas de longo prazo.

Em consonância com a visão integrada do setor energético brasileiro, geramos valor público ao acionista em quatro eixos principais, conforme figura a seguir.

Eixos Estratégicos de Geração de Valor Público pela EPE



¹ O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) foi criado por ocasião da publicação da Lei nº 9.478/1997. Vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, possui a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e políticas específicas relacionadas nos incisos do art. 2º da citada lei. Já o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) foi criado pela Lei nº 10.848/2004, tendo como objetivo acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. A EPE municia com contribuições técnicas pela perspectiva do planejamento energético e integra de forma permanente esse Comitê.

Como uma empresa pública com atuação imparcial e sem interesses econômicos, a EPE é capaz de disseminar as informações relativas ao setor energético de forma ampla e irrestrita a todos os agentes, contribuindo para a redução da assimetria de informação.

A redução da escassez e das assimetrias de informação no mercado modera os custos de transação para tomada de decisão por governantes, investidores, consumidores e sociedade, retirando barreiras à entrada de novos agentes econômicos, favorecendo a eficiência e promovendo o desenvolvimento sustentável. Mercados que dispõem de informação completa, ampla e irrestritamente disponível para todos os agentes permitem que a sociedade possua uma situação de equilíbrio econômico melhor do que aqueles onde a informação é assimétrica.



Nossa atuação possibilita o acesso a informações relevantes do setor de energia, com base em uma reputação de credibilidade e relacionamentos de confiança. Além disso, como provedores de informações públicas, além de dispormos de dados de elevada relevância para as análises realizadas no âmbito do planejamento do setor, como contrapartida temos a responsabilidade de garantir um conjunto de informações confiáveis, atualizadas e disponíveis a toda a sociedade.

A disponibilização e a acessibilidade aos dados, informações e estudos que produzimos na EPE são elementos relevantes para a melhoria do funcionamento dos mercados de energia e para o aumento da confiança para decisões de investimento. Nesse contexto, boa parte dos estudos, projeções e bases de dados que produzimos ou mantemos são convertidos em publicações, sistemas de informação abertos a consulta e utilizados amplamente em apresentações, debates em eventos, entrevistas a diversos canais de comunicação, reuniões com agentes, vídeos, dentre outros.

A atuação da EPE tem o potencial de gerar impactos significativos nas economias regionais brasileiras, ao fornecer subsídios técnicos que orientam políticas públicas no setor energético. Os estudos produzidos pela Empresa, dessa forma, contribuem diretamente para identificação de áreas com potencial energético, fundamental para estimular o desenvolvimento de infraestrutura nas regiões contempladas. Esse processo tem o caráter de impulsionar a geração de emprego e renda local, especialmente durante as fases de implantação e operação de projetos energéticos, favorecendo o adensamento de cadeias produtivas.

Além disso, os estudos da EPE incorporam aspectos socioambientais que promovem o desenvolvimento sustentável e inclusivo, ao considerar populações vulneráveis, territórios tradicionais e vocações regionais para fontes renováveis como solar, eólica e biomassa. Esse enfoque também contribui para a redução das desigualdades regionais, por meio do planejamento da expansão da malha elétrica e de estratégias para a universalização do acesso à energia, beneficiando inclusive comunidades isoladas.

Por fim, o infográfico a seguir apresenta, a título exemplificativo, algumas contribuições realizadas no âmbito da política energética nacional e dos planos e programas a ela relacionados.



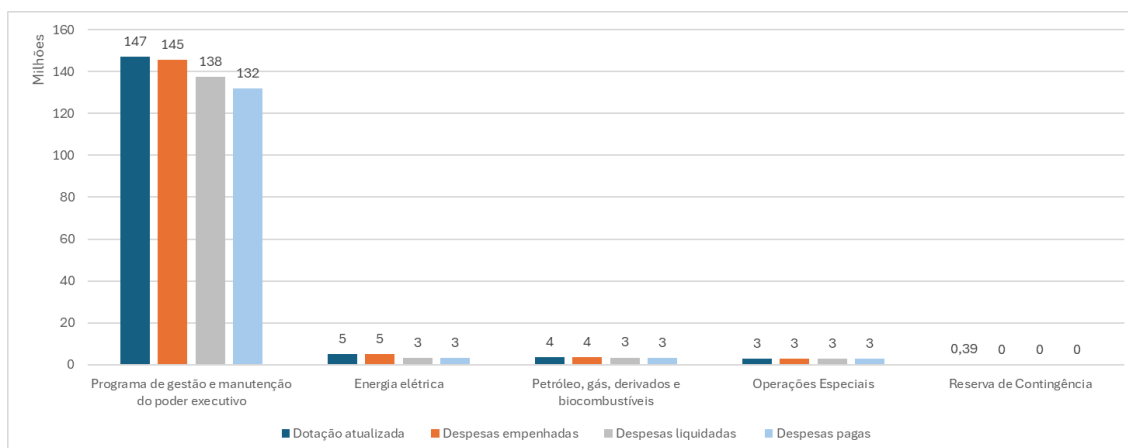


2.2. Declaração de recursos

O orçamento anual da EPE e sua formulação, na condição de empresa pública dependente, integra o Orçamento Geral da União (OGU), observa as orientações da Lei de Diretrizes Orçamentária Anual (LDO), bem como os valores aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e os Limites de Empenho e Pagamento definidos.

Em 2024, as atividades finalísticas da EPE foram custeadas por meio de programas de governo previstos no Plano Plurianual (PPA) 2024 – 2027, instituído pela Lei nº 14.802/2024. As respectivas ações associadas a cada programa foram definidas na LOA 2024 (Lei nº 14.822/2024). A LOA foi publicada com o valor de R\$ 176 milhões, sendo R\$ 31,7 milhões para despesas discricionárias, R\$ 143,7 milhões para despesas obrigatórias e R\$ 393 mil para reserva de contingência. O exercício foi encerrado com uma dotação de R\$ 158,9 milhões sendo R\$ 40,1 milhões para despesas discricionárias e R\$ 118,4 milhões para as despesas com pessoal e benefícios e 393 mil de reserva de contingência.

O ano foi encerrado com uma execução de 99%. As despesas obrigatórias tiveram um total empenhado de R\$ 116,7 milhões, o equivalente a uma execução orçamentária de 98,7%. Já nas despesas discricionárias, a dotação final foi de R\$ 40,1 milhões, sendo empenhados R\$ 40 milhões, finalizando o exercício com uma execução de 99,6%. Do total das despesas empenhadas, 89% foram pagas dentro do exercício, o que corresponde ao montante de R\$ 141 milhões.



No Programa 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo foram alocadas todas as despesas de funcionamento, tecnologia da informação (TI), capacitação e auxílio moradia da EPE.

O Programa de Energia Elétrica (3101) tem como objetivo o aumento da capacidade instalada nacional, redução de perdas, melhoria da confiabilidade dos sistemas elétricos e segurança jurídica no setor. Nesse programa foi executada a ação 20LI – Estudos para o Planejamento do Setor Energético, no montante de R\$ 4,9 milhões.

Por sua vez, o Programa de Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis (3103) tem como objetivo desenvolver estudos sobre as indústrias do petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis, com vistas à garantia do abastecimento nacional. Nesse programa, foram realizadas as ações: 21BC – Estudos da Indústria de Petróleo e Gás Natural e 21BD – Estudos da Indústria de Biocombustíveis.

Para o exercício de 2025, foi aprovado na Lei Orçamentária Anual – Lei nº 15.121/2025 – valor suficiente para cobrir todas as despesas discricionárias para o exercício, inclusive as vinculadas ao Plano de Negócios Anual e Planejamento Estratégico. Será necessária a realização de suplementação para as despesas destinadas a salários e benefícios, que compreendem as despesas obrigatórias. As tratativas para essa ampliação de recursos já foram iniciadas.

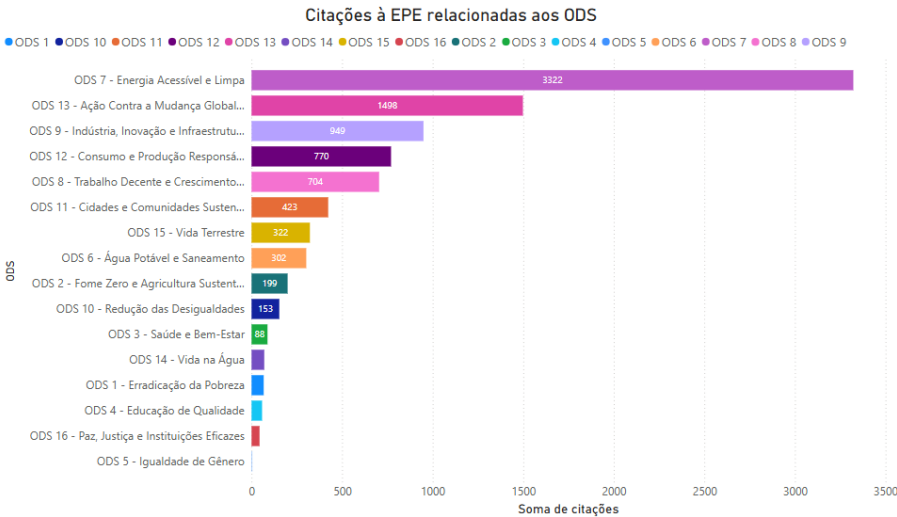
2.3. Aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e iniciativas em Ambiental, Social e Governança (ASG)

A Agenda 2030 foi adotada em setembro de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) sendo composta por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas universais. Esta agenda é aplicável a todos, levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais de forma comprometida para não deixar ninguém para trás.

Destaca-se que através dos dados do Balanço Energético Nacional (BEN) fornecidos pela EPE são elaborados os indicadores que nos permitem acompanhar o avanço do nosso país em relação às metas de eficiência energética e ao aumento da participação de energias renováveis na matriz energética brasileira, referentes ao ODS 7. A EPE é a instituição responsável por prover esses dados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é o órgão responsável por monitorar a Agenda 2030 no Brasil.

A nossa contribuição para ampliação do conhecimento na área de energia nos consolidou como uma referência para diversos atores da sociedade, tais como: consultores, investidores, jornalistas, comunidades locais e academia. No meio acadêmico, nos orgulhamos de produzir conteúdo técnico e científico que transcende as fronteiras nacionais. Entre 2006 e 2024, com base em análises de citações acadêmicas realizadas pela Elsevier (uma das plataformas de divulgação científica de maior reputação global), a EPE foi citada 8,9 mil vezes, sendo que a maior parte delas está relacionada com o ODS 7 (37%), seguida do ODS 13 - Ação contra mudança global do clima (17%) e ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura (11%).

Figura: Total de publicações científicas que citaram a EPE, entre 2006 e 2024, distribuídas por ODS.

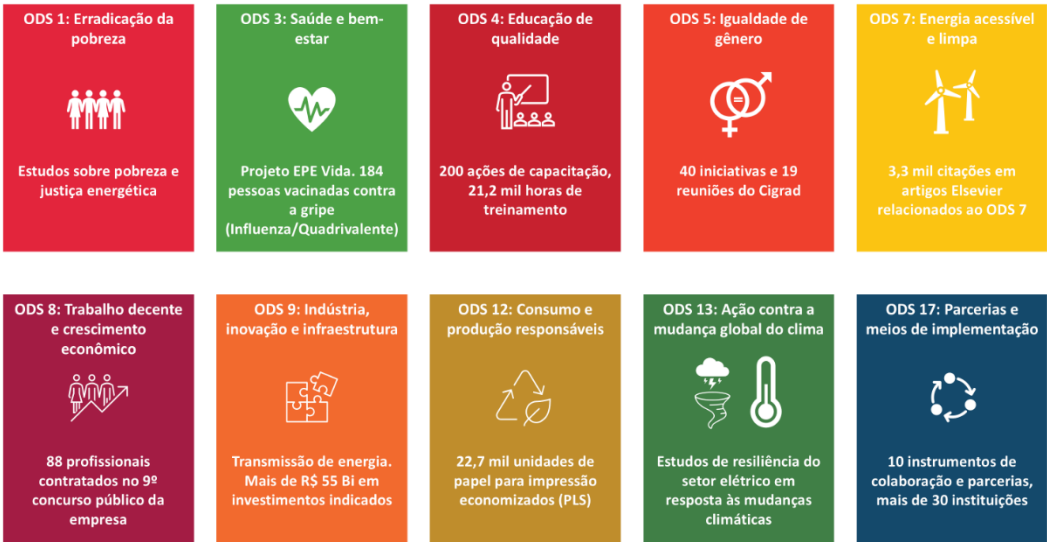


Fonte: Elsevier

A identificação do potencial das contribuições diretas e indiretas desempenhadas pelas diversas atividades desenvolvidos pela EPE para a Agenda 2030, bem como o foco de atuação voltado para as práticas ASG é um processo que fortalece o alinhamento da estratégia da empresa com o desenvolvimento sustentável e com as práticas relacionadas à ambiental, social e de governança, possibilita maior transparência sobre como geramos valor para nossos stakeholders, reforça as metodologias de análise dos riscos e oportunidades da empresa e valoriza a sustentabilidade corporativa, entre outros benefícios.

Nos parágrafos seguintes, destacamos a contribuição da EPE, seja em seus produtos finalísticos, seja nas práticas corporativas, para 10 dos 17 ODS em que a empresa concentrou sua atuação ao longo de 2024.

Figura: Atuação da EPE em 2024 e exemplos de alinhamento com a Agenda 2030



Foi realizada a análise qualitativa das iniciativas realizadas na empresa ao longo de 2024 e seus impactos potenciais diretos e indiretos em cada uma das metas dos ODS, considerando os stakeholders para os quais a iniciativa gerou mais valor e o tipo de capital envolvido.

ODS 1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA



A EPE desempenha um papel crucial no combate à pobreza, especialmente a pobreza energética, e às desigualdades associadas à energia no Brasil. Nossa contribuição compreende desde a análise das diversas experiências relacionadas à formulação de legislações, definição de conceitos, utilização de indicadores e proposição de medidas, à elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas que abarquem a temática, sendo esta uma forte atuação na temática ambiental e social.

Caso(s) de destaque: [Nota Técnica sobre Pobreza e Justiça Energética](#)

A Nota Técnica sobre Pobreza e Justiça Energética consolida e analisa diversas experiências relacionadas à formulação de legislações, definição de conceitos, utilização de indicadores e proposição de medidas, além da instituição de mecanismos de governança pertinentes a esse tema. O objetivo central do documento é fornecer uma base sólida para a compreensão e a abordagem da pobreza energética no Brasil, alinhando-se com a meta 1.2 dos ODS, que busca reduzir pela metade a proporção de homens, mulheres e crianças vivendo na pobreza em todas as suas dimensões até 2030.

Tabela 1 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 1 – Erradicação da Pobreza.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 1	ODS secundário	Stakeholders	Capital
--------------------	---------------	----------------	--------------	---------

Nota Técnica
sobre Pobreza e
Justiça Energética

1.2



Governo, MME,
sociedade civil,
organizações
internacionais

Intelectual,
relacionamento

Os ODS relacionados incluem o ODS 7, que promove energia acessível e limpa, e o ODS 10, que visa reduzir as desigualdades. Os stakeholders impactados por essa iniciativa incluem a sociedade civil, organizações internacionais e a administração pública. Esta iniciativa agrega valor ao capital intelectual, social e de relacionamento.

Link de acesso: Análise de experiências estatais internacionais

ODS 3 – SAÚDE E BEM-ESTAR

A EPE promove a criação de um ambiente de trabalho seguro e saudável para seus colaboradores através de diversas iniciativas, que incluem o investimento em ergonomia, o estímulo à prática de atividades físicas, e a vacinação dos funcionários, reduzindo assim, a incidência de doenças preveníveis, como a gripe e outras infecções. Tem como foco a atuação na temática social.

Caso(s) de destaque: Projeto EPE Vida

Destacamos como contribuição ao ODS 3 em 2024 o Projeto EPE Vida, que teve como objetivo principal implementar uma campanha de vacinação contra a gripe (Influenza Quadrivalente) para todos os colaboradores da EPE e seus familiares. Esse projeto participou do processo de certificação da empresa pelo Instituto ODS, que nos garantiu o Selo Bronze em 2024.

A iniciativa não apenas contribui para a proteção individual dos participantes, mas também para a criação de um ambiente laboral mais seguro, minimizando o absenteísmo e aumentando a produtividade. A meta relacionada a essa ação é a 3.8, que visa garantir acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade, além de medicamentos e vacinas seguras e eficazes a preços acessíveis para todos.

Tabela 2 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 3 – Saúde e bem-estar.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 3	ODS secundário	Stakeholders	Capital
Projeto EPE Vida	3.8		Colaboradores e familiares	Humano

ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

A EPE se estabelece como uma verdadeira usina de dados, atuando como uma fonte de referência e consulta para a comunidade científica, consultores e instituições de ensino. Como uma empresa pública, sua atuação é marcada pela imparcialidade, permitindo a disseminação ampla e irrestrita de informações sobre o setor energético.

Iniciativa de Destaque: ABCDEnergia

O ABCDEnergia é o nosso caso de destaque para o ODS 4 e foi um dos projetos que participaram da Certificação do Instituto ODS que nos garantiu o Selo Bronze em 2024. O projeto é voltado para o público infanto-juvenil e promove a comunicação sobre temas como matriz energética e fontes renováveis de energia de forma simples e lúdica, estimulando a participação da sociedade no debate sobre o planejamento energético.



O ABCDEnergia contempla conteúdos tais como: matriz-energética, mudanças climáticas e eficiência energética, além de uma série de podcasts que responde a curiosidades e dúvidas de estudantes de escolas localizadas em diversas regiões do Brasil, através da participação de seu corpo técnico altamente especializado. O projeto está alinhado com a meta 4.4 dos ODS, que visa aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com habilidades relevantes para o emprego e empreendedorismo até 2030.

Tabela 3 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 4 – Educação de qualidade.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 4	ODS secundário	Stakeholders	Capital
ABCDEnergia	4.4		Instituições de ensino, academia, jornalistas	Intelectual, social e de relacionamento

Link de acesso: [ABCDEnergia](#)

ODS 5 – IGUALDADE DE GÊNERO

A EPE promove um ambiente de trabalho inclusivo que apoia a participação de mulheres em cargos de liderança e dissemina a importância da igualdade de gênero através de diálogos internos sobre empoderamento feminino. Medidas para prevenção de discriminação e violência no ambiente de trabalho, garantindo um espaço seguro e respeitoso, também fazem parte do compromisso da empresa com o ODS 5.

Iniciativa de Destaque: Participação do Programa “As Empoderadas RJ” na Semana da CIPA

Merece destaque o trabalho da EPE, em parceria com a CIPA, para prevenção ao assédio e violência no trabalho ao promover, em 2024, o workshop com As Empoderadas RJ. O programa capacita em técnicas de enfrentamento à violência contra mulheres, identificando sinais de violência no cotidiano, além de buscar interromper o ciclo de violência e fortalecer a autonomia financeira feminina.

A iniciativa está alinhada às metas 5.1, que visa acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte; e 5.2, que busca eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

Tabela 4 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 5 – Igualdade de gênero.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 5	ODS secundário	Stakeholders	Capital
Programa As Empoderadas (CIPA)	5.2	 	Colaboradores e familiares	Humano, social e de relacionamento

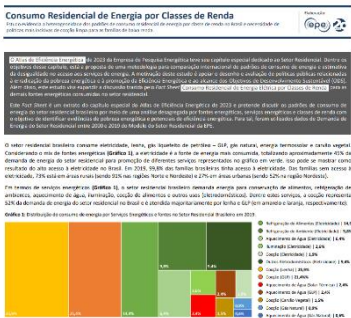
ODS 7 – ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O ODS 7 está intimamente relacionado à missão da EPE e é aquele no qual a empresa concentra sua atuação. Contribuímos para o avanço desse ODS, por exemplo, ao subsidiar a formulação de políticas de energia de forma integrada a médio e longo prazos, ao buscar a garantia da segurança da oferta de energia nos padrões de qualidade e quantidade demandados pela sociedade; e ao promover a expansão do sistema em consonância com as premissas do desenvolvimento sustentável. Visando tangibilizar nossa contribuição para o tema de energia limpa e acessível, destacamos a seguir exemplos de iniciativas para cada uma das metas desse ODS.

Iniciativas de Destaque:

Planejamento 2024 para os Sistemas Isolados (SISOL): A publicação é um marco para a EPE e para o setor elétrico, consolidando um esforço de cada distribuidora para enfrentar os desafios das regiões isoladas. Mais do que atender às demandas energéticas, o planejamento do SISOL busca alinhar desenvolvimento econômico, sustentabilidade e acesso à energia em áreas isoladas, além de orientar ações que garantam a segurança energética. Contribui para a meta 7.1.1, referente à percentagem da população com acesso à eletricidade.

Link de acesso: Planejamento do atendimento aos sistemas isolados



Consumo Residencial de Energia por Classes de Renda: O Fact Sheet analisa os padrões de consumo de energia do setor residencial brasileiro por meio de uma análise desagregada por fontes energéticas, serviços energéticos e classes de renda com o objetivo de identificar evidências de pobreza energética e potenciais de eficiência energética. O estudo contribui para a meta 7.1.2, referente à percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas.

Link de acesso: Apresentação do PowerPoint

Oferta de biocombustíveis PDE 2034: Destacamos esse estudo, dentre os diversos cadernos desenvolvidos no âmbito do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), para ilustrar a contribuição da EPE à meta 7.2, que visa aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética global.

O estudo analisa os condicionantes de mercado, políticas públicas e acordos internacionais relacionados aos biocombustíveis, realizando projeções para a evolução da oferta de etanol, biodiesel, combustíveis sustentáveis de aviação, diesel verde e bioeletricidade da cana, entre outros.

Link de acesso: Caderno DPG 2024.pdf



Caderno de Ações Norteadoras para o Avanço da Eficiência Energética no Brasil: Destacamos sua contribuição à meta 7.3, que se refere a dobrar a taxa global de melhoria de eficiência energética. O estudo apresenta os principais conceitos de eficiência energética, a governança, as ações de estímulo já realizadas a nível nacional, as atividades e os estudos conduzidos pela EPE e seus parceiros sobre o tema, com

o intuito de propor um conjunto de ações norteadoras para o avanço da eficiência energética no Brasil.

Link de acesso: Publicações

Atualização da plataforma Inova-e: Apresenta dados sobre inovação em energia e traz métricas para o acompanhamento dos processos inovativos voltados à transição energética no Brasil. A iniciativa aprofunda a compreensão das tendências de investimento em PD&D em energia e apoia as organizações na formulação de políticas públicas, pesquisas e novos investimentos. A Inova-e contribui para meta 7.a ao reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à pesquisa e promover o investimento em infraestrutura e tecnologias de energia limpa.

Link de acesso: dashboard.epe.gov.br/apps/inova-e/index.html

Estudos e eventos para o avanço do hidrogênio no Brasil: Em 2024, participamos do 4º Fórum Internacional do Hidrogênio, contribuimos para o Coges (Comitê Gestor do PNH2) e para elaboração de projetos no âmbito do PHBC (Programa Brasileiro de Hidrogênio de Baixo Carbono). Também prestamos suporte ao Ministério da Fazenda, em Diálogos com o DESNZ (UK Department for Energy Security and Net Zero), entre outras iniciativas que colaboram com a meta 7.b, que visa expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis, nesse caso através do hidrogênio.

Tabela 5 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 7 – Energia limpa e acessível.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 7	ODS secundário	Stakeholders	Capital
PASI - Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados	7.1.1	 	Investidores, comunidades locais	Manufaturado, financeiro
Consumo Residencial de Energia por Classes de Renda	7.1.2	 	Sociedade, administração pública	Intelectual, natural
Oferta de Biocombustíveis PDE 2034	7.2	 	Investidores, consultorias, academia	Natural, manufaturado
Caderno de Ações Norteadoras para o Avanço da Eficiência Energética no Brasil	7.3	 	Administração pública, investidores	Financeiro, manufaturado
Atualizações na Plataforma Inova-e Brasil e factsheet Inova-e	7.a	 	Administração pública, academia	Financeiro, intelectual
Estudos e eventos para avanço do Hidrogênio no Brasil	7.b	 	Administração pública, investidores	Financeiro, natural

ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Ao proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros para todos os trabalhadores, a EPE contribui diretamente para o avanço do ODS 8. As contribuições potenciais indiretas da empresa estão relacionadas com a promoção de políticas energéticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam as atividades produtivas, geração de emprego decente, além da dissociação do crescimento econômico da degradação ambiental.

Iniciativas de Destaque:

Concurso público e capacitação: Um marco no exercício de 2024 foi a realização do 9º Concurso Público da EPE, realizado com o objetivo de completar o quadro de pessoal autorizado pela Portaria nº 5.679, de 24/06/2022. A entrada de novos profissionais representa uma mitigação de riscos estratégicos da empresa referente à insuficiência de pessoal.

Em paralelo, foram realizados no ano passado 200 ações de capacitação, totalizando 21.155 horas de treinamento, abrangendo temas como transição energética, inovação tecnológica, compliance, governança, entre outros. Estas iniciativas contribuem para a meta 8.5 de até 2030 alcançar o emprego pleno e

produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

Tabela 6 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 8 – Trabalho Decente e crescimento econômico.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 8	ODS secundário	Stakeholders	Capital
Concurso público e capacitações	8.5	 	Instituições de ensino, academia	Intelectual, social e de relacionamento

ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

A EPE contribui ativamente para a construção de infraestruturas resilientes e sustentáveis compatíveis com as metas do ODS 9, ao promover a expansão do sistema interligado nacional, ao desenvolver análises técnico-econômicas que subsidiam a implementação de tecnologias energéticas inovadoras, e ao divulgar estudos que possibilitam maior conhecimento sobre as características e perspectivas do mercado energético nacional.

Iniciativas de Destaque:

Workshop e Estudos de Geração Eólica Offshore: Em 2024, avançando na temática de geração de fontes renováveis de energia, foi realizado workshop com o setor de eólicas offshore, no qual houve o lançamento das Notas Técnicas de Geração Eólica Offshore desenvolvidas pela EPE. O evento contou com a participação de especialistas de diversas instituições que apresentaram as experiências e as lições aprendidas de diferentes mercados com os leilões de cessão para eólicas offshore. Esse esforço traz impactos potenciais positivos para a meta 9.4, que abrange a modernização de infraestruturas e reabilitação das indústrias para torná-las sustentáveis e eficientes.

Tabela 7 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 9	ODS secundário	Stakeholders	Capital
Workshop Geração Eólica Offshore	9.4	 	Investidores, consultorias, organizações internacionais	Natural, financeiro

ODS 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

As iniciativas organizacionais da EPE e sua atuação junto à sociedade demonstram o seu compromisso em avançar em direção a um modelo de desenvolvimento com menos desperdícios, com mais eficiência e ambientalmente responsável, alinhando-se às metas do ODS 12. A empresa apoia a promoção de compras públicas sustentáveis, conforme as políticas nacionais, incentiva a redução de uso de plástico por seus colaboradores e dissemina informações de educação ambiental para sociedade, a fim de promover um estilo de vida seguro e saudável.

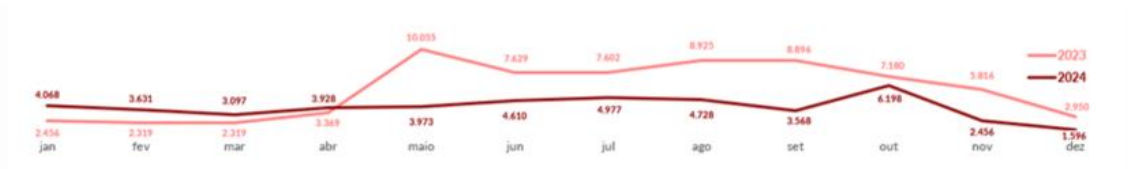
Iniciativas de Destaque:

Plano de Logística Sustentável (PLS) e Compras Sustentáveis:

O PLS é uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas que permite à EPE estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos em relação a temas como energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva e compras e contratações sustentáveis.

Vale destacar que em 2024 foi registrada a redução de 22,7 mil unidades de papel para impressão, com relação a 2023, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura: Evolução da quantidade de papel usada para impressão - unidade - 2023 e 2024



Tal fato decorre principalmente do maior controle exercido pela empresa, que implementou mecanismo nas impressoras para identificar o usuário de cada impressão, resultando no consumo ainda mais consciente desse tipo de serviço.

Ademais, com a ampliação das funcionalidades do Sistema Informatizado Virtus e com a implementação do SEI em dezembro de 2024, a tendência é que reduções mais significativas no consumo de papel de impressão venham a ser percebidas em 2025.

Tabela 8 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 12 – Consumo e produção responsáveis.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 12	ODS secundário	Stakeholders	Capital
Plano de Logística Sustentável (PLS) e Compras Sustentáveis.	12.5		Administração Pública, colaboradores	Natural, humano

Outro ponto relevante é a construção de normativo de contratações sustentáveis, contendo critérios e orientações para a promoção da sustentabilidade nas dimensões social, econômica, ambiental e climática nas contratações da EPE, com previsão de vigorar a partir de 2025. Esta iniciativa promove o avanço de metas do ODS 12, tais como a 12.5 que visa reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

ODS 13 – AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O setor energético apresenta impacto relevante nas emissões de GEE e, por outro lado, é crescentemente afetado pelos efeitos das mudanças climáticas. A destacável contribuição da EPE para o ODS 13 pode ser observada em iniciativas de distintas naturezas, tais como: no projeto de análise de resiliência do setor elétrico aos potenciais riscos climáticos, na promoção da integração de medidas climáticas nas políticas energética nacionais e na divulgação de conteúdos que aumentam a conscientização sobre esse tema pela sociedade.

Iniciativas de Destaque:

Roadmap para o Fortalecimento da Resiliência do Setor Elétrico em Resposta às Mudanças Climáticas: Esse estudo apresenta uma revisão da literatura sobre resiliência climática aplicada ao contexto de sistemas de energia e mudanças climáticas. Na Nota Técnica é apresentada uma revisão do conceito de resiliência, e são listadas instituições, referências bibliográficas, plataformas e base de dados disponíveis, todos relacionados ao tema resiliência às mudanças climáticas em sistemas elétricos.

Além disso, são discutidas as perspectivas futuras das mudanças do clima para o Brasil e os potenciais impactos no Sistema Elétrico. Esse tipo de iniciativa está relacionado com a meta 13.1 de reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países e agrega valor principalmente ao capital natural e financeiro.

Tabela 9 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 13	ODS secundário	Stakeholders	Capital
Roadmap Resiliência do Setor Elétrico em Resposta às Mudanças Climáticas	13.1		Academia, administração pública, investidores	Natural, financeiro

ODS 17 - PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A EPE está comprometida em revitalizar parcerias globais e locais, essenciais para o progresso em direção aos ODS, especialmente no contexto da energia. A empresa se mobiliza para compartilhar conhecimentos técnicos sobre energia com outras instituições, incluindo a colaboração com governos, setor privado e sociedade civil, essencial para o fortalecimento da capacidade nacional em implementar soluções energéticas sustentáveis.

Iniciativas de Destaque:

Cooperações e parcerias: Apresentam como objetivo ampliar o acesso a dados e recursos técnicos, sendo parte fundamental das nossas atividades institucionais. Além dos acordos estabelecidos nos anos anteriores, em 2024 celebramos 10 instrumentos, entre acordos de cooperação, protocolo de intenções e memorando de entendimentos, tais como: o protocolo de Intenções entre a EPE e a Innovation Norway, o Acordo de cooperação técnica entre a EPE e a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A - Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA), e o Protocolo de Intenções entre a EPE e a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE).

Entre as metas do ODS 17 relacionadas a tais iniciativas está a 17.16, que visa reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos

objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

Tabela 10 – Exemplo de contribuição da EPE para o ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

Nome da Iniciativa	Meta do ODS 17	ODS secundário	Stakeholders	Capital
Acordos e parcerias	17.16		Academia, administração pública, investidores	Natural, financeiro

Com relação às iniciativas relacionadas à temática ambiental, social e governança pode-se destacar as seguintes.

Na sustentabilidade ambiental corporativa, a EPE apresentou grandes avanços através de ferramentas como o Plano de Logística Sustentável (PLS).

Dentre as várias iniciativas no âmbito do PLS, merece ressaltar: a instalação de bicicletário no escritório central que apoia o deslocamento ativo e de baixo carbono, a maior racionalização do uso de papel que proporcionou a redução de 22,7 mil unidades para impressão, a redução drástica de uso de copos descartáveis e separação dos resíduos orgânicos dos não orgânicos (recicláveis), sendo que esses últimos são separados nas categorias papel, plástico, vidro e metal.

Em 2024, a Empresa avançou em ações afirmativas e no fortalecimento do Comitê Interno de Gênero, Raça e Diversidade (Cigrad), com a realização de 19 reuniões. Destaques incluem:

- Campanhas e materiais: e-book "Ciranda das Mulheres II," ações do Mês da Mulher e campanhas como Setembro Amarelo e Outubro Rosa.
- Capacitações e eventos: 40 iniciativas, como "A Diversidade nos Une" e "Raízes da Inclusão."
- Parte integrante do Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do MME e Entidades Vinculadas (Cogemnev).
- Estratégias institucionais: fortalecimento do GTPAD, adesão ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça e parcerias com instituições como o Ministério das Mulheres e a Agência Alemã GIZ;
- Consulta pública e aprovação da Política de Diversidade, a estruturação do portal do CIGRAD e o alinhamento de ações estratégicas que fortaleceram a cultura organizacional da empresa.

Em termos de governança, a alta administração da EPE realizou avanços significativos por meio de importantes resoluções, destacando-se a implementação do SEI! (Sistema Eletrônico de Informações), a implementação de acompanhamento de resultados dos objetivos chaves (OKRs) no âmbito do Planejamento Estratégico, ampliação para a 2ª Onda do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN), e a adoção de políticas voltadas para a diversidade, equidade e inclusão, como a Política de Promoção da Equidade de Gênero na Ocupação das Funções de Liderança de Nível Estratégico-Tático.



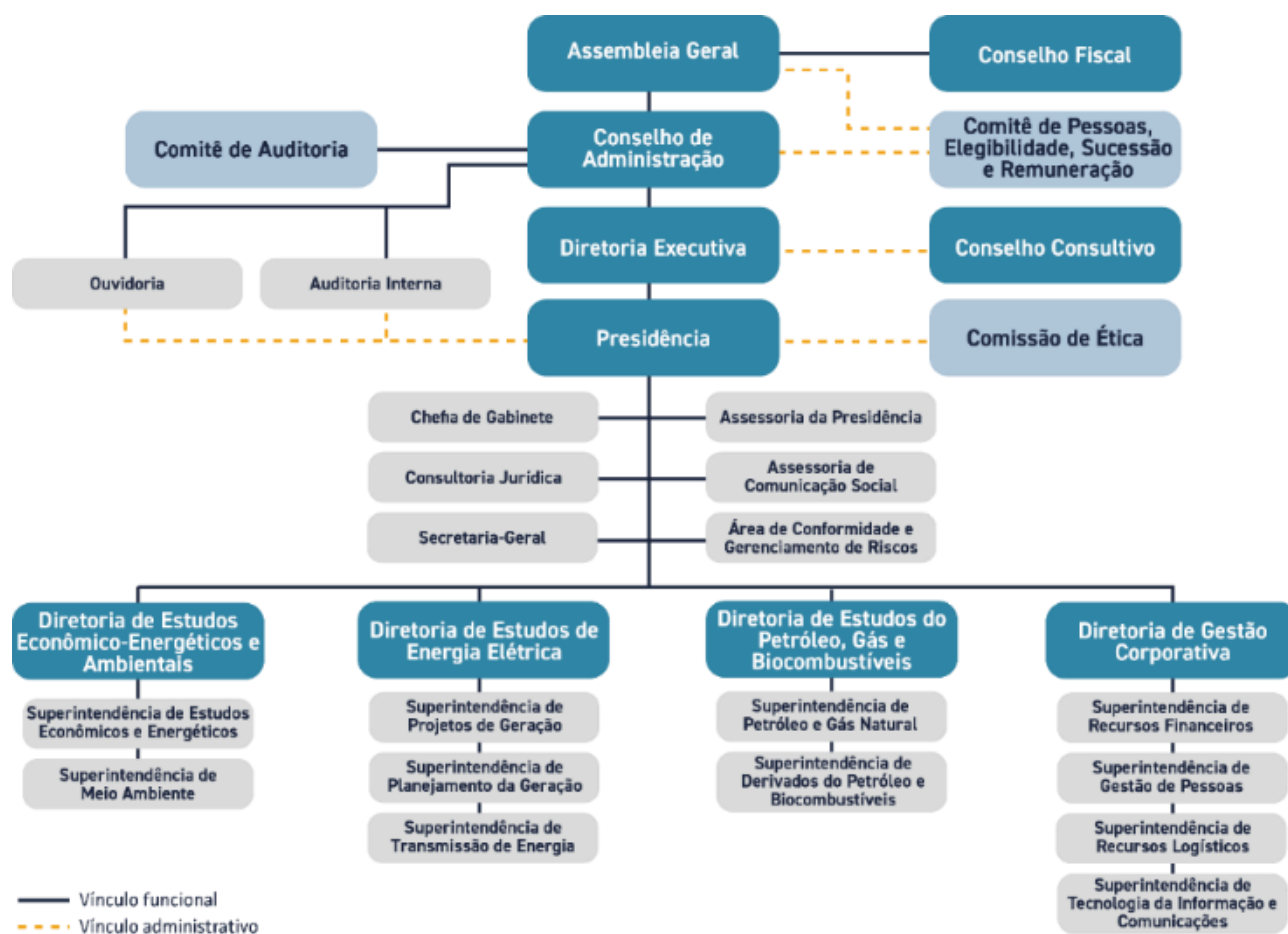
GOVERNANÇA CORPORATIVA

3. Governança corporativa

3.1. Informações societárias e governança corporativa

O controle acionário da Empresa de Pesquisa Energética é detido exclusivamente pela União, não possuindo participação societária em nenhuma outra empresa, não possuindo subsidiárias ou coligadas.

O desenho das instâncias de governança que compõem a EPE pode ser facilmente identificado no organograma abaixo.



A EPE, para o exercício de suas atividades institucionais, conta com diversos órgãos estatutários, comitês e colegiados de assessoramento. Compostos por agentes internos e externos à Administração Pública, cada órgão colegiado visa, seja de cunho deliberativo, fiscalizador ou consultivo, de acordo com sua especificidade, auxiliar e cooperar com a Diretoria Executiva em prol de uma gestão mais eficiente, transparente e que contribua de modo significativo para o desenvolvimento energético do país e, consequentemente, agregando mais valor para a sociedade. ([Nossa Equipe](#))

Nos termos do Estatuto Social da EPE, a Assembleia Geral é o órgão máximo da empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o estatuto social da EPE. Composta por um único acionista votante, a União é representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. ([Mais informações](#))

O seu Conselho de Administração é composto por seis membros, eleitos pela Assembleia Geral, na forma estabelecida no Estatuto Social da Empresa, sendo um deles representante dos empregados e sendo vedado a mesma pessoa ocupar os cargos de Presidente da Empresa e Presidente do Conselho de Administração. ([Institucional Conselho de Administração](#)).

A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor Presidente e quatro diretores, sendo eles responsáveis pela Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais (DEA); a Diretoria de Estudos de Energia Elétrica (DEE); a Diretoria de Gestão Corporativa (DGC) e a Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (DPG). [Institucional Diretoria Executiva](#) Vinculadas às diretorias, há atualmente onze superintendências que executam as atividades para o atingimento dos objetivos da Empresa. ([Institucional Relatórios de Administração](#))

O Conselho Consultivo (CONCEPE) figura como um importante instrumento de participação social da EPE, sendo o elo entre os principais agentes do setor energético e as atividades que ela desenvolve. Nesse ambiente são abordados temas como transição energética; os produtos e iniciativas da EPE têm contribuído com a construção de consensos e redução de assimetrias informacionais no setor energético. ([Institucional Conselho Consultivo](#))

O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, que são indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e pelo Ministro de Estado da Economia e eleitos pela Assembleia Geral. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de dois anos, sendo admitidas, no máximo, até duas reconduções consecutivas. ([Institucional Conselho Fiscal](#))

O Comitê de Auditoria da EPE em 2024 foi integralmente recomposto por meio de eleição de membros pelo Conselho de Administração. Esse órgão tem exercido importante papel de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis, a efetividade dos sistemas de controle interno e a atuação da gestão dos riscos da empresa, além das auditorias interna e independente. ([Institucional Comitê de Auditoria](#))

O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração criado após a entrada em vigor da Lei nº 13.303/2016, com previsão estatutária, visa auxiliar o acionista e o Conselho de Administração na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria, além de acompanhar a política de pessoal, o plano de sucessão e a remuneração dos administradores. ([Institucional Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração](#))

As competências dos nossos órgãos estatutários estão definidas no Estatuto Social, cuja última aprovação ocorreu na 18ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024 ([Estatuto Social AEGE - EPE.pdf](#))

A EPE conta com uma Secretaria-Geral que realiza a gestão dos órgãos de governança, organizando e prestando suporte, além de facilitar a comunicação entre esses órgãos e o restante da estrutura interna da EPE.

Dessa forma, os órgãos de governança estatutários estão sempre alinhados às obrigações legais e em conformidade interna. A Secretaria-Geral atua ainda na implementação das melhores práticas de governança corporativa, o que se dá por meio da estruturação do treinamento anual para os conselheiros,

das avaliações de desempenho dos dirigentes, da elaboração de planos de trabalho e atualização das informações no portal de governança, garantindo a transparência. ([Institucional Órgãos de Governança Estatutários](#))

Além dos seus diversos órgãos estatutários, a estrutura de governança da EPE também é composta por três unidades que contribuem para os controles internos e gerenciamento de riscos inerentes às atividades da empresa, a saber: Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, Auditoria Interna e Ouvidoria. As competências dessas unidades internas de governança encontram-se estipuladas no Estatuto Social da EPE.

A Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR) é vinculada diretamente ao Presidente da EPE e é a unidade interna de governança que auxilia as demais áreas da empresa e os seus órgãos estatutários na gestão de riscos e conformidade, atuando como segunda linha dos controles internos.

Sua atuação abrange a análise de normativos internos e de conformidade das contratações que são de alçada do Conselho de Administração. Igualmente realiza a coordenação de respostas e medidas de aperfeiçoamento de práticas de governança corporativa decorrente de questionários de fiscalização de órgãos de controle, além de realizar o monitoramento da implementação dos planos de ação para tratamento dos riscos e o reporte periódico aos órgãos estatutários destas ações. ([Ações e Programas Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos](#))

A Auditoria Interna da EPE é vinculada diretamente ao Conselho de Administração e possui papel importante como terceira linha da empresa, realizando trabalhos programados e projetos especiais, com recomendações à EPE, destacando-se que os demais estão em finalização e no aguardo das manifestações, que podem ser acessadas no link. ([Auditoria Interna](#))

A Ouvidoria conta com um canal de atendimento confiável para receber e dar tratamento às manifestações, que são classificadas como reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações. <https://falabr.cgu.gov.br/>, além de ser o canal para pedidos de informações segundo a Lei de Acesso à Informação e produção de relatórios sobre estas atividades a serem prestadas para os órgãos de controle. ([Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\) e contato da autoridade de monitoramento da LAI](#))

Sua atuação se dá em alinhamento aos normativos vigentes estabelecidos pela Ouvidoria-Geral da União e, também, com o Decreto nº 9.492/2018, atualizado pelo Decreto nº 10.890/2021. A Ouvidoria é vinculada diretamente ao Conselho de Administração e possui papel importante na mediação de conflitos, buscando nessas situações soluções efetivas para situações recorrentes. ([Participação Social Ouvidoria](#))

Em cumprimento ao Decreto nº 1.171/1994, a EPE dispõe de uma Comissão de Ética, que possui a finalidade de orientar, aconselhar e atuar na gestão sobre a ética profissional dos empregados e profissionais vinculados à EPE e no tratamento com as pessoas e patrimônio público. ([Institucional Comissão de Ética](#))

As áreas de governança e de gestão da empresa estão hoje alinhadas para alcançar que os objetivos institucionais da EPE sejam atingidos de forma transparente, com efetividade e economicidade.

3.2. Dados econômico-financeiros, comentários dos administradores e fatores de risco

3.2.1. *Dados Econômico-Financeiros*

Em 2024, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apresentou melhoria em diversos indicadores econômico-financeiros, refletindo avanços importantes na gestão orçamentária e no alinhamento estratégico da companhia. O exercício foi encerrado com lucro de R\$ 6.661 mil, resultado que, embora positivo, não foi suficiente para eliminar integralmente o saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores (R\$ 9.495 mil), resultando em um prejuízo acumulado de R\$ 2.834 mil ao final do exercício. Dessa forma, não houve destinação de resultados, seja para reservas de capital ou dividendos obrigatórios.

Os indicadores de desempenho econômico-financeiro demonstram a capacidade da EPE em cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos. A liquidez corrente alcançou 1,99 (ante 1,79 em 2023), mantendo-se acima do parâmetro ideal (>1), o que evidencia que a empresa possui recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. A liquidez geral também apresentou evolução, subindo de 0,92 em 2023 para 1,15 em 2024, superando o índice ideal e refletindo uma posição mais sólida frente a compromissos de curto e longo prazos.

O índice de endividamento, embora ainda acima do ideal (<1), reduziu-se de 2,27 em 2023 para 1,65 em 2024, influenciado positivamente pelo aumento do patrimônio líquido em R\$ 9.647 mil, resultado da integralização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e do lucro apurado no exercício.

Dentre os principais fatos contábeis de 2024, destaca-se o aumento do capital social no montante de R\$ 439 mil, sem emissão de novas ações, integralizado pela União a partir de créditos destinados a investimentos. Com isso, o capital social da EPE passou a ser de R\$ 31.457.537,08, conforme alteração estatutária aprovada. Além disso, foram recebidos novos recursos sob a forma de AFAC no montante de R\$ 2.986 mil, os quais serão integralizados ao capital social em 2025.

Os demonstrativos financeiros da EPE, elaborados de acordo com as Leis nº 6.404/76 e nº 4.320/64, bem como com as Normas Brasileiras de Contabilidade, refletem de forma fidedigna a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2024. A auditoria independente conduzida pela empresa Berkan Auditores Independentes S.S. concluiu que as demonstrações financeiras da EPE apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais IFRS.

As metas empresariais para o exercício de 2024 foram amplamente atendidas, especialmente no que se refere à melhoria da eficiência na alocação de recursos, cumprimento de compromissos institucionais e aprimoramento da governança financeira. Os resultados demonstram evolução na capacidade de execução orçamentária e financeira, mesmo em um contexto de restrições fiscais e dependência do orçamento público.

Os demonstrativos financeiros completos referentes ao exercício de 2024, bem como o Relatório do Auditor Independente, estão disponíveis nos anexos desse Relatório e no site institucional da EPE:

www.epe.gov.br/pt/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis/demonstracoes-financeiras.

3.2.2. Comentários dos Administradores

Em consonância com a visão integrada do setor energético brasileiro, o valor público gerado ao acionista pelas atividades desenvolvidas pela EPE está organizado em quatro eixos principais: (i) subsídio à formulação de políticas de energia, de forma integrada e com perspectiva de longo prazo; (ii) implementação da política energética nacional; (iii) monitoramento, avaliação e comunicação dos resultados da política energética nacional; e (iv) redução da assimetria de informação.

Todos os produtos e serviços entregues no período de 2024 - com informações detalhadas e categorizadas por cada eixo acima indicado disponíveis na edição 2024 do Relatório de Administração² - atestam a aderência das atividades aos objetivos sociais que pautaram a criação da EPE, bem como a necessidade de existência, manutenção e aprimoramento de uma instituição como a EPE, justificando, assim, os recursos públicos disponibilizados para a empresa no período. Não obstante, para o período de 2024, destacamos as entregas abaixo:

- Publicação de 16 Cadernos e Lançamento da Consulta Pública do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2034;
- Elaboração do Caderno “Cenários Energéticos” Plano Nacional de Energia – PNE 2055;
- R\$ 20 bilhões em investimentos potenciais estudados no Plano Indicativo de Processamento e Escoamento de Gás Natural (PIPE);
- Indicação de R\$ 78 bilhões em investimentos em transmissão em diversos estados brasileiros;
- Capacitação de 320 profissionais da EPE;
- Estudos sobre justiça energética e o combate à pobreza energética;
- 99,6% de execução orçamentária em 2024;
- Participação no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima);
- Suporte ao MME e ao MRE no Grupo de Trabalho de Transições Energéticas do G20 – ETWG;
- Contratação de 88 novos concursados;
- Cálculos e revisões de garantia física para cerca de 360 empreendimentos novos e existentes em 2024;
- Estudo sobre Impacto ao Consumidor da Contratação da UTN Angra 3;
- Recebimento do Selo ODS na categoria Bronze;
- Participação Institucional em mais de 250 eventos do setor energético;
- Atlas de Eficiência Energética no Brasil – Relatório de Indicadores e Caderno de Ações;
- 15ª edição da Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis;

² Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-anual-integrado>.

- Celebração de 10 instrumentos, entre acordos de cooperação, protocolo de intenções e memorando de entendimentos e convênios;
- 238 processos de contratação de bens e serviços;
- Edição de 20 anos do Anuário Estatístico de Energia Elétrica;
- Participação na Clean Energy Ministerial (CEM) e Mission Innovation (MI);
- Finalizado o desenvolvimento do Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados (PASI).
- Estudos sobre Resiliência do Setor Elétrico em Resposta às Mudanças Climáticas;

Segundo o Balanço do 3º Quadrimestre do Plano de Negócios Anual 2024, a Performance Média de 2024 para as 60 ações estratégicas constantes do plano foi de 95,49%, sendo de 100% para as 11 ações do portfólio de suporte e assessoramento à política pública,³ o que demonstra o compromisso da EPE com sua missão institucional.

Do total de dotação orçamentária final disponibilizada pela LOA 2024 (R\$ 176 milhões), 92,4% foram empenhados (R\$ 156,8 milhões) e, destas, 89% foram pagas (R\$ 141 milhões).

Portanto, demonstramos com entregas e resultados, bem como eficiência na gestão de recursos públicos, o compromisso da EPE com os objetivos que pautaram sua criação e orientam a sua atuação, buscando, constantemente, a geração de valor público, por meio de uma estrutura profissional, qualificada e comprometida com os interesses do país.

3.2.3. Fatores de risco

A Matriz de Riscos Estratégicos da EPE atual foi aprovada pelo Conselho de Administração durante sua 202ª reunião, realizada em 16 de abril de 2021, em que foram identificados 19 riscos estratégicos, com diferentes níveis de criticidade, que podem impactar o atingimento dos objetivos estratégicos contidos no ciclo vigente do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Também foram levantados o conjunto de causas inerentes a cada risco, suas consequências, os controles estabelecidos para mitigação, os planos de contingência, os planos de ação para mitigação e tratamento, a indicação inicial de responsáveis, datas e prazos.

A matriz de riscos estratégicos residuais após a realização de diferentes planos de tratamento ao longo de 2024 encontra-se abaixo:⁴

³ Disponível em: [Planejamento Estratégico da EPE \(ciclo 2025-2029\)](#)

⁴ Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/RelatoriosCGR/Relatorio%20de%20Monitoramento%20de%20Resultados%20Sem%20Sintese%20V2.pdf>

ID	Risco	Probabilidade	Impacto	P x I	Nível Residual
R08	Dificuldade responder tempestivamente às demandas urgentes ou novas tanto do MME, quanto do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e do Congresso Nacional	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R14	Indisponibilidade de infraestrutura e sistemas de informação adequados para o negócio.	[4] Alta	[3] Crítico	12	Média
R05	Desalinhamento técnico com a realidade, tendências de mercado ou políticas públicas	[3] Média	[3] Crítico	9	Média
R07	Ocorrência de conflitos institucionais e técnicos entre a EPE e o MME, em especial com a Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento – SNTPE	[3] Média	[3] Crítico	9	Média
R01	Perda da relevância como ator ou efetividade no processo.	[4] Alta	[2] Baixo	8	Média
R17	Força de trabalho insuficiente para o cumprimento das atividades estratégicas.	[2] Baixa	[4] Grave	8	Média
R02	Perda de eficácia do planejamento energético.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R03	Deficiência nas relações institucionais.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R06	Elevação do custo de transação para tomada de decisões eficientes pelo governo, mercado e sociedade, bem como ocorrências de barreiras informacionais a novos entrantes nos setores de energia.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R09	Práticas não eficazes de gestão e dificuldades de garantia da conformidade.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R11	Indisponibilidade ou falta de qualidade das informações.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R13	Não identificar e não combater defasagens tecnológicas que possam impactar o negócio.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R16	Desgaste do clima organizacional.	[2] Baixa	[3] Crítico	6	Média
R19	Deficiência de controle físico, orçamentário e financeiro, trazendo prejuízos e atrasos ao cumprimento dos objetivos de negócio.	[3] Média	[2] Baixo	6	Média
R18	Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais.	[1] Muito Baixa	[5] Gravíssimo	5	Média
R04	Inadequação da comunicação junto às partes interessadas.	[2] Baixa	[2] Baixo	4	Baixa
R12	Inexecução do planejamento estratégico.	[2] Baixa	[2] Baixo	4	Baixa
R10	Falta de aderência às boas práticas de Governança Corporativa.	[3] Média	[1] Desprezível	3	Baixa
R15	Comprometimento do conhecimento organizacional nas dimensões técnica e gerencial.	[3] Média	[1] Desprezível	3	Baixa

Dos fatores de risco relacionados acima, merece destaque o R.08 “Dificuldade responder tempestivamente às demandas urgentes ou novas tanto do MME, quanto do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e do Congresso Nacional”, e o R18 “Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos organizacionais”, pois ambos se relacionam com a dependência orçamentária da EPE com a União.

Isto porque a empresa depende integralmente de recursos orçamentários governamentais, o que pode levar a incertezas quanto à alocação de verbas em períodos de austeridade fiscal ou cortes no orçamento.

O principal impacto desses riscos é a falta de recursos para desenvolver estudos, realizar pesquisas e cumprir com sua missão institucional, prejudicando a continuidade e qualidade de suas atividades finalísticas.

O que pode gerar a descontinuidade no fornecimento de insumos cruciais como acesso a bancos de dados, tecnologia e serviços especializados de consultorias, pode ser afetada por dificuldades de financiamento. A empresa pode estar sujeita a interrupções nos processos de aquisição de insumos que podem comprometer a produção de relatórios e pesquisas cruciais para o planejamento energético do país, afetando a qualidade dos estudos e a previsibilidade do setor energético.

Destaca-se igualmente o fato de a atuação da EPE ser orientada por intrincado conjunto de leis, decretos e normas infralegais que, refletem a atual estrutura de governança do setor energético do país e dispõem sobre temas que remetem aos objetivos e princípios da Política Energética Nacional. Em decorrência desse fato, tem-se como fator de risco a incerteza regulatória e legal.

Mudanças nas regulamentações podem afetar o foco das pesquisas, alterar o escopo dos estudos ou mesmo afetar a legitimidade de alguns projetos em andamento, gerando incertezas nas operações.

Esses fatores de risco podem afetar a estabilidade, eficiência e capacidade da EPE em cumprir sua missão institucional. Para tratar esses riscos, é essencial um bom planejamento estratégico, a busca por fontes alternativas de financiamento e a construção de uma estrutura interna que permita flexibilidade para lidar com as incertezas externas.

3.3. Composição e remuneração da administração

A remuneração dos administradores, do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria é fixada pela Assembleia Geral, com base em parecer da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest/MGI).

Para o período de abril de 2024 a março de 2025, a remuneração dos Administradores e Conselheiros, aprovada pelo Conselho de Administração, foi fixada na 8ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) em 30 de abril de 2024,⁵ em cumprimento ao que dispõem o §1º do art. 27 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como o art. 27 do Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Os valores foram fixados nos seguintes termos:

- a) Administradores (presidente, diretores e membros do Conselho de Administração): até R\$ 4.569.358,85;
- b) Conselho Fiscal: até R\$ 138.081,60; e
- c) Comitê de Auditoria: até R\$ 138.081,60.

Cumprir destacar que os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram fixados em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos ao adicional de férias e benefícios.

Os valores contemplam o pagamento da remuneração variável dos diretores (RVA), condicionado à observância dos termos e condições constantes do programa aprovado previamente pela Sest/MGI.

⁵ Disponível em: [Institucional Assembleia Geral](#)

3.3.1. Programa de Remuneração Variável 2024 (RVA 2024)

A base legal para o pagamento de Remuneração Variável Anual para empresas estatais dependentes encontra fundamento no Decreto nº 8.945/2016, que regulamentou a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016). Conforme consta em seu art. 37, § 5º, "o atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo deverá gerar reflexo financeiro para os Diretores das empresas estatais, inclusive nas empresas dependentes ou deficitárias, sob a forma de remuneração variável". Sendo assim, as empresas estatais dependentes também são elegíveis para participação no Programa de Remuneração Variável Anual.

Conforme orientações emanadas pela Sest e considerando o disposto nos artigos nº 25, inciso II, e nº 26, inciso II, do Decreto-Lei nº 200/1967, cabe ao Ministério de Minas e Energia, além da análise e do encaminhamento do Programa, manifestar-se especificamente sobre a adequação, a relevância e as metas dos indicadores que compõem a dimensão de políticas públicas.

O Programa RVA 2024 da EPE foi constituído por nove indicadores, os quais se distribuem nas seguintes dimensões: **Política Pública; Econômico-Financeira; e Governança, Conformidade e Transparência.**

A avaliação e manifestação da Sest/MGI a respeito dos programas de remuneração variável dos(as) diretores(as) das empresas estatais federais em 2024 considera a possibilidade de enquadramento em 2 (dois) regimes básicos, definidos como modalidade 1 e modalidade 2.

A modalidade 1 aplica-se exclusivamente à empresa que, no momento da formulação do requerimento, atenda de forma concomitante a 2 (dois) requisitos básicos: (i) não se encontrar inserida no orçamento fiscal e da seguridade social como empresa estatal federal dependente, conforme inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; e (ii) prever obtenção de lucro líquido no exercício social de 2024.

A EPE se enquadra na modalidade 2, cujo valor máximo a ser pago a cada dirigente (valor de referência + bônus) equivale necessariamente a 1,5 honorário fixo mensal do(a) diretor(a), admitida a hipótese de pagamento parcial, na proporção dos resultados alcançados, para cada um dos indicadores que compõem o Programa RVA 2024 da EPE. A proporção de participação dos indicadores está listada na Tabela 11.

Tabela 11 - Distribuição da participação total e relativa dos indicadores monitorados no RVA 2024 da EPE.

Dimensão	Participação total	Indicador	Participação relativa
Política Pública	50%	Percentual de performance média do Plano de Negócios Anual (PNA) 2024	25%
		Pesquisa de satisfação geral	10%
		Suporte à concepção de políticas públicas	15%
Econômico-Financeira	30%	Percentual de execução orçamentária e financeira da LOA 2024	18%

Dimensão	Participação total	Indicador	Participação relativa
		Percentual de valor total dos empenhos inscritos em Restos a Pagar	12%
Governança, Conformidade e Transparência	20%	Indicador de Conformidade Sest	5%
		Aprimoramento dos processos de gestão documental	5%
		Aprovação e implementação de políticas de sustentabilidade	5%
		Transparência ativa dos produtos da Empresa	5%

As regras que disciplinam a realização do Programa de Remuneração Variável Anual 2024 da EPE são estabelecidas em regulamento interno próprio.

Uma vez aprovados os resultados do Programa de RVA 2024, a EPE disponibilizará, em seu portal na Internet (<https://www.epe.gov.br/pt>), o relatório de execução do RVA 2024, bem como o Relatório de Premissas, contendo informações detalhadas sobre o Programa RVA 2024 da EPE. As informações inseridas nesse Relatório incluem os percentuais de participação de cada indicador, as metas definidas para cada indicador com suas respectivas justificativas, as hipóteses de pagamento parcial, assim como, entre outros aspectos, as premissas consideradas na construção do RVA 2024.

3.4. Inovações em governança corporativa

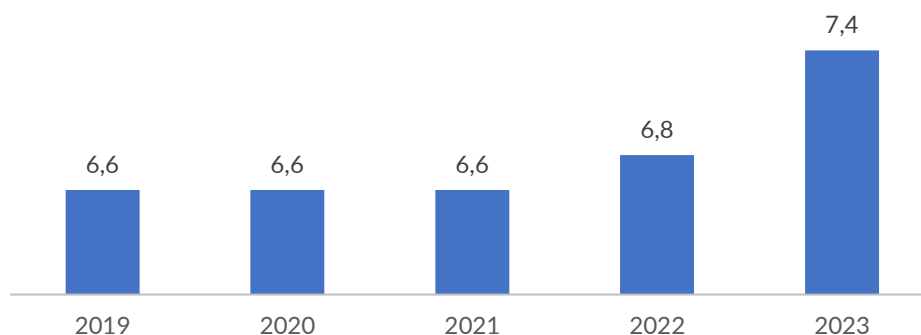
Em termos de inovação em governança, podemos identificar a implantação de modelo de governança por Objetivos e resultados-chave (OKR), bem como a criação de Observatório de Políticas Públicas e grupo de trabalho de ciência de dados.

Demos foco e apoiamos mais de 250 eventos, 80 realizados no auditório ou por meio de transmissões ao vivo organizados diretamente pela EPE, melhorando a comunicação externa e interna dos produtos da EPE.

Em 2024, celebramos 10 instrumentos, entre acordos de cooperação, protocolo de intenções e memorando de entendimentos e convênios.

Em 2024 a EPE envidou esforços para revalidar nossa adesão ao Pacto Brasil Contra a Corrupção, mantido pelo Instituto Ethos, deflagrando o foco permanente na preservação de nossa identidade associada aos valores da ética e da integridade.

E por meio do aperfeiçoamento de ações e investimentos em treinamentos internos sobre ética e integridade, houve uma evolução com relação aos anos anteriores, elevando a nota para acima de 7, a maior nota desde 2019.



Em setembro de 2024 foi concluída a adesão da EPE ao Programa Nacional de Combate à Corrupção (PNPC), uma iniciativa inovadora da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), coordenado e executado pela Rede de Controle nos Estados, com o patrocínio da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Da conclusão do questionário de avaliação foi emitido um diagnóstico personalizado com recomendações para a empresa, de modo a elaborar e acompanhar um “Roteiro de Atuação” no sistema do e-Prevenção que fará parte da nova versão do Programa de Integridade da EPE que se encontra em fase de revisão.

Esse conjunto de ações fortalece o arcabouço normativo da EPE, garantindo maior eficiência e clareza na operacionalização de processos e normas internas.

E por fim junto ao Instituto ODS garantimos o Selo Bronze em 2024, e demos início ao processo de identificação de metas, indicadores e resultados para as ações, projetos e programas realizados pela EPE com o objetivo de relacioná-los com os ODS e as metas da Agenda 2030.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

